



NUCLEO DE ESTUDOS
ENFERMAGEM EDUCACAO
EM SAUDE
VULNERABILIDADES E
PRATICAS PROFISSIONAIS

lev LABORATÓRIO
DE ESTUDOS
DA VIOLÊNCIA



Laboratório Cearense de Psicometria



SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

POLICIAIS PENAIS DO ESTADO DO CEARÁ

2023



SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
E RESSOCIALIZAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



**SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS PENAIS
DO ESTADO DO CEARÁ**

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S272

Saúde e qualidade de vida dos policiais penais do Estado do Ceará/autoria de Ana Karina Bezerra Pinheiro, et al.- Fortaleza: Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Governo do Estado do Ceará; Universidade Federal do Ceará, 2023. 58 p. : il. color. Vários autores.
ISBN: 978-65-01-11729-4

1. Promoção da Saúde. 2. Qualidade de Vida. 3. Polícia- Ceará. I. Pinheiro, Ana Karina Bezerra. II. Paiva, Luiz Fábio S. III. Santos, Walberto Silva dos. IV. Santos, Michelle Steiner dos.V. Cavalcante, Lara Capelo. VI. Ribeiro, Samila Gomes. VII. Lima Neto, Ernesto Trajano de. VIII. Reginaldo, Sidney Guerra. IX. Granjeiro, Alex Sandro de Moura. X. Soares, Paula Renata Amorim Lessa. XI. Aquino, Priscila de Souza. XII. Lobato, Fernanda Naiara da Frota. XIII. Siqueira, Cícero Mendes. XIV. Ferreira, Hellen Lívia Oliveira Catunda. XV. Paiva, Maria da Conceição Lima. XVI. Martins, Bianca Cavalcante. XVII. Moura, Luiz Gustavo Mendes de. XVIII. Sampaio, Hederson Lopes. XIX. Título.

CDD 362.1

AUTORES

ANA KARINA BEZERRA PINHEIRO. Professora titular do curso de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora 1D/CNPq. Representante da área de Enfermagem/CAPES. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP. Coordenadora da pesquisa.

LUIZ FÁBIO S. PAIVA. Professor Associado de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador 2/CNPq. Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

WALBERTO SILVA DOS SANTOS. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba com estágio sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela. Professor Associado da Universidade Federal do Ceará e coordenador do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP). Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

MICHELLE STEINER DOS SANTOS. Psicóloga. Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal do Ceará. Lotada no Departamento de Psicologia. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

LARA CAPELO CAVALCANTE. Advogada. Professora Adjunta 2 do Departamento de Direito Privado. Doutora em Sociologia pela UFC. Mestre em Direito pela Unifor. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

SAMILA GOMES RIBEIRO. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará. Lotada no Departamento de Enfermagem da UFC. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

ERNESTO TRAJANO DE LIMA NETO. Professor dos cursos de Sistemas e Mídias Digitais da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

SIDNEY GUERRA REGINALDO. Pós-doutor em Educação; Pós-doutor em Filosofia; Doutor em Direito Constitucional; Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Federal do Ceará lotado no Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito e no programa de pós-graduação do POLEDUC da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

ALEX SANDRO DE MOURA GRANGEIRO. Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Ceará. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará - Campus de Sobral. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

PAULA RENATA AMORIM LESSA SOARES. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Pós-doutorado na Universidade Estadual do Ceará. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará. Lotada no Departamento de Enfermagem da UFC.

AUTORES

PRISCILA DE SOUZA AQUINO. Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Pós-doutorado em Enfermagem pela UFC. Professora Adjunto IV da Universidade Federal do Ceará.

FERNANDA NAIARA DA FROTA LOBATO. Cientista Social. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Doutoranda em Sociologia pela UFC. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

CICERO MENDES SIQUEIRA. Enfermeiro. Especialista em Saúde da Família. Mestrando em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Inovação Tecnológica/ FUNCAP.

HELLEN LÍVIA OLIVEIRA CATUNDA FERREIRA. Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Pós-doutorado em andamento na Universidade Federal do Ceará/Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA PAIVA. Enfermeira. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

BIANCA CAVALCANTE MARTINS. Estudante de graduação em enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica/CNPq.

LUIZ GUSTAVO MENDES DE MOURA. Estudante de graduação em enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica/CNPq.

HEDERSON LOPES SAMPAIO. Estudante de graduação em enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica/UFC.

AGRADECIMENTOS

Ao governo do Estado do Ceará, em especial, aos gestores da Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, na pessoa do seu Secretário Luís Mário Albuquerque Araújo, que abriu as portas do sistema penitenciário estadual para a realização desta pesquisa.

A todos os policiais penais do Ceará, homens e mulheres, que responderam a esta pesquisa, por cooperarem com a ciência e sua aplicação prática na promoção da saúde e qualidade de vida no sistema penitenciário cearense.

À Universidade Federal do Ceará, na pessoa do seu Magnífico Reitor Custódio Almeida, pelo suporte e apoio ao trabalho de pesquisa realizado por professores e estudantes que fazem dessa instituição uma das grandes referências de produção de conhecimento do País.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), na pessoa do seu Presidente Raimundo Costa Filho, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa, por meio do Programa Cientista Chefe, que tem como objetivo unir o meio acadêmico e científico à gestão pública estadual.

A Purdenciana Ribeiro de Menezes, da Coordenadoria da Execução da Saúde Prisional (CESAP), por tão importante apoio nas diversas etapas deste estudo.

Aos estudantes de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, que, entusiasticamente, colaboraram na coleta e organização dos dados.

Aos servidores da Secretaria de Administração Penitenciária que se somaram aos esforços de realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. NOTA TÉCNICA	13
3. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS POLICIAIS	21
4. PERFIL DE SAÚDE DOS POLICIAIS	26
5. PADRÃO DO CONSUMO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS POR POLICIAIS	31
6. PERFIL LABORAL DOS POLICIAIS	33
7. PERFIL DE SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS	42
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	48
GALERIA DE FOTOS	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição de policiais penais conforme faixa etária e sexo.	21
TABELA 2	Perfil sociodemográfico dos policiais penais do Estado do Ceará.	21
TABELA 3	Perfil educacional dos policiais penais do Estado do Ceará.	23
TABELA 4	Perfil financeiro dos policiais penais.	24
TABELA 5	Perfil clínico dos policiais penais.	26
TABELA 6	Perfil de saúde dos policiais penais.	28
TABELA 7	Distribuição da frequência do questionário ASSIST quanto ao uso de álcool.	32
TABELA 8	Distribuição das características laborais de policiais penais.	33
TABELA 9	Vivências no trabalho de policiais penais.	34
TABELA 10	Avaliação da Estrutura Física, Gestão e Treinamentos nos últimos quatro anos.	36
TABELA 11	Distribuição dos tipos de violência sofridas no trabalho por policiais penais.	40
TABELA 12	Perfil da saúde mental de policiais penais do Estado do Ceará.	42

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1	População de policiais penais por unidade de lotação no Ceará.	13
QUADRO 2	Amostra proporcional estratificada por unidades prisionais.	15
GRÁFICO 1	Distribuição das comorbidades dos policiais penais do Estado do Ceará	29
GRÁFICO 2	Uso de drogas por policiais penais na vida e atualmente.	31
GRÁFICO 3	Satisfação dos policiais penais com EPI, armamento e estrutura física do ambiente de trabalho.	35
GRÁFICO 4	Distribuição de policiais penais conforme escalas de trabalho.	38
GRÁFICO 5	Escala ideal de trabalho segundo Policiais Penais.	38
GRÁFICO 6	Interferência da escala de trabalho na saúde de policiais penais.	38
GRÁFICO 7	Avaliação da satisfação quanto à gestão da unidade e da SAP.	39
GRÁFICO 8	Principais diagnósticos psiquiátricos relatados pelos policiais penais.	44
GRÁFICO 9	Distribuição dos sintomas de ansiedade entre os policiais penais do Estado do Ceará.	44
GRÁFICO 10	Distribuição dos sintomas de depressão entre os policiais penais do Estado do Ceará.	45
GRÁFICO 11	Análise dos domínios de Qualidade de Vida conforme Whoqol-Bref entre policiais penais.	45

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 12	Análise dos domínios de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) conforme QWLQ-Brief entre policiais penais.	46
<hr/>		
GRÁFICO 13	Análise dos fatores da Escala Multi-Atitudinal de Tendência ao Suicídio – EMTAS entre policiais penais.	47

PREFÁCIO

Ana Karina Bezerra Pinheiro

O conteúdo descrito neste relatório está relacionado com a nossa história no último ano. Período em que a equipe se dedicou com afinco à pesquisa no Sistema Penitenciário do Estado do Ceará e este passou a ser o nosso cotidiano, cenário de nossa rotina de trabalho. Ouvimos, vimos, sentimos, presenciamos... estivemos juntos dos policiais penais.

Compreendemos que na administração penitenciária, a promoção da saúde deve ser prioridade para todos os que estão imersos nesse cenário, logo deve incluir os grupos privados de liberdade, mas também os trabalhadores, em especial, os policiais penais.

Desenvolvemos um metaprojeto de pesquisa, composto por três subprojetos. O presente relatório é resultado de um subprojeto que tem a finalidade de avaliar a saúde e a qualidade de vida dos policiais penais do estado do Ceará.

O escopo deste relatório trata das características dos trabalhadores, policiais penais nos seus diferentes aspectos da vida, sejam individuais, familiares, sociais e de trabalho. Aborda também a qualidade de vida geral, qualidade de vida no trabalho, uso de álcool e outras drogas, tendência para ansiedade, depressão e para o suicídio.

Uma equipe multiprofissional de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, composta por docentes, técnico-administrativos e discentes da Enfermagem, Sociologia, Psicologia, Direito e Sistemas e Mídias Digitais, trabalhou incessantemente para o entendimento das vulnerabilidades apresentadas pelos policiais penais e para compreensão das múltiplas condições que impactam na sua saúde.

Constatamos que o Estado do Ceará evoluiu nos últimos anos em ações referentes ao programa de formação do servidor e promoção da valorização e melhoria da qualidade de vida no trabalho. Ademais, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) reestruturou procedimentos, fluxos, relações sociais e ampliou ações educativas nas unidades prisionais. Entretanto, apresentamos ainda recomendações para melhoria de políticas e estratégias de promoção da saúde do trabalhador. Esperamos que a parceria e diálogo de saberes entre serviço e academia possibilitem conhecimentos, habilidades, procedimentos e tecnologias que promovam a saúde no contexto do trabalho dos policiais penais.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental é um tema em destaque na atualidade, sobretudo em um período pós-pandêmico e, em especial, quando falamos na relação desta com o trabalho e, em um grupo específico, que são os policiais penais. Trata-se de uma preocupação central, pois sabe-se que o sucesso de políticas públicas na área de segurança e administração penitenciária depende não apenas da formação para atividade policial como, também, do bem-estar e disposição para realização das rotinas de trabalho.

Sabe-se que nesse grupo, a sobrecarga laboral, a falta de participação na tomada de decisão, o clima organizacional desfavorável, a cultura organizacional competitiva, horas de trabalho exaustivas e inflexíveis, objetivos pouco claros, altos esforços e baixas recompensas, políticas inadequadas de saúde e segurança e estresse podem afetar de forma direta e indireta a saúde psíquica dos trabalhadores.

Logo, o trabalho no sistema prisional pode influenciar e determinar aspectos importantes da saúde física e mental das pessoas que trabalham nesse ambiente, assim como interferir no sentido da vida, nas relações familiares e sociais.

Há evidências científicas que a profissão policial é fortemente associada a danos na saúde mental dos indivíduos (MCLEOD et al, 2019). Nesse contexto, entende-se por transtornos mentais as alterações do funcionamento cognitivo, afetivo e comportamental, caracterizadas por diferentes combinações de pensamentos, percepções, emoções, motivações e atitudes, com frequência e duração, e que geram algum comprometimento das atividades diárias de uma pessoa. Influenciadas pela combinação de fatores biopsicossociais e culturais, podem causar impactos no desenvolvimento das atividades de vida diária em diferentes espaços e/ou na relação da pessoa com ela própria. Quando os transtornos estão associados especificamente ao trabalho, estes podem envolver fatores resultantes da interação entre organização e natureza da atividade e tarefa, cultura, sociedade e indivíduos (DEJOURS, 1987; AMARAL, 2011; BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011).

Ressalta-se que no âmbito dos transtornos mentais, o trabalho policial foi a segunda função mais estressora (GONÇALVES & NEVES, 2010) e a terceira ocupação mais comumente referida com sintomas físicos e psiquiátricos relacionados ao trabalho (COLLINS & GIBBIS, 2003). Os problemas de saúde podem ser resultantes de algumas condições aversivas, próprias do trabalho policial e geradoras de esgotamento físico e estresse que podem culminar em seu pior defecho para o suicídio.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de policiais que comete suicídio é maior que o dos que morrem em serviço:

(...) segundo o relatório anual somente em 2019, 91 policiais – militares e civis - cometeram suicídio. Já os mortos no trabalho foram 72. Fora de serviço, 101 policiais foram mortos. O assunto chamou a atenção do Senado Federal. Em abril foi aprovado o projeto de lei que inclui ações voltadas para a promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio no Programa Pró-Vida, voltado para profissionais de segurança pública, cujo objetivo é oferecer atenção psicossocial e de saúde no trabalho aos profissionais de segurança pública (CRP-SC, 2021).

Ainda que as razões para o suicídio sejam complexas e multifatoriais, identificar o comportamento suicida é fundamental para prevenção. Sabe-se pessoas que cometeram suicídio, procuraram atendimento em algum serviço de saúde no mês anterior à sua morte, entretanto, a probabilidade de completar o ato suicida não foi detectada pelos profissionais (LARSEN et al, 2015).

Nesse contexto, o contato diário com situações de violência gera inúmeras consequências ao policial, afetando diretamente sua qualidade de vida (LIPP, 2016). Portanto, compreender como esses policiais se sentem é importante para oferecer uma análise qualificada e substantiva do tema. Entender os problemas que eles vivem e produzir um conhecimento a partir do seus olhares foi uma das tarefas desse processo de produção de conhecimento, com objetivo de oferecer análises e recomendações para o campo da administração penitenciária.

O conceito de qualidade de vida é subjetivo, multidimensional e inclui elementos positivos e negativos. Qualidade de vida foi definida como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (WHOQOL GROUP, 1994). Neste conceito estão implícitos a subjetividade (percepção do indivíduo), um contexto social e cultural, a multidimensionalidade e a necessidade de que certos atributos estejam presentes e outros ausentes.

Para Tavares et al (2021), ainda são poucos os estudos no Brasil e no mundo que versam sobre resiliência em policiais, alterações psíquicas e sua relação com qualidade de vida.

Sousa, Barroso e Ribeiro (2022), em seu artigo de revisão integrativa sobre estudos de saúde mental entre policiais, observa que a maioria das pesquisas desenvolvidas sobre transtornos que afetam estes profissionais focam em: depressão, ansiedade, suicídio, transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e burnout. Nesta investigação foram abordados os três primeiros transtornos mencionados.

Assim, percebe-se a importância de conhecer a relação entre as vulnerabilidades pessoais, sociais e programáticas com as dimensões da qualidade de vida, o uso de álcool e outras drogas, assim como o risco para ansiedade, depressão e suicídio em policiais penais, sendo essas fatores abordagens necessárias para o aprofundamento em pesquisas no cenário prisional.

2. NOTA TÉCNICA

O relatório “Saúde e qualidade de vida dos policiais penais do Ceará” teve como principais objetivos: 1) Avaliar a qualidade de vida geral e no trabalho dos policiais penais do Estado do Ceará; 2) Verificar o perfil socioeconômico, demográfico e de hábitos de saúde dos dos policiais penais do Estado do Ceará; 3) Identificar sintomas de ansiedade, depressão e tendência ao suicídio dos policiais penais do Estado do Ceará e; 4) Verificar o padrão do consumo de drogas da população dos policiais penais do Estado do Ceará.

Para responder aos objetivos do estudo optou-se por um tipo de estudo de multimétodos, caracterizado por uma abordagem de pesquisa em que dois ou mais procedimentos são utilizados sobre um mesmo fenômeno ou objeto de estudo para diferentes momentos do processo de pesquisa. O termo multimétodo designa estudos nos quais o pesquisador combina abordagens quantitativas ou combina abordagens qualitativas ou abordagens quantitativas e qualitativas, sendo esse último a escolha dos pesquisadores (CLARK; IVANKOVA, 2016).

No período da coleta de dados, a população de policiais penais estava distribuída no Estado do Ceará de acordo com o quadro apresentado a seguir:

QUADRO 1: População de policiais penais por unidade de lotação no Ceará. Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, 2022.

Unidade de lotação	Número de policiais penais
CGD	2
SAP	26
AMANARI	7
CGCT	1
CEAP	10
CASA DO ALB.	23
CATVA	3
CDP	155
CEPIS	141
GAP	135
NUESC	2
CGP	35
ACOPIARA	27
BATURITÉ	1

CARIDADE	32
CEDRO	24
CRATO	64
FORTIM	34
GRANJA	25
GUARACIABA DO NORTE	2
ICÓ	29
JIJOCA DE JERICOACOARA	1
NOVO ORIENTE	27
SOBRAL	42
TABULEIRO DO NORTE	4
TRAIRI	28
JUAZEIRO DO NORTE	87
CPPL I	152
CPPL II	150
CPPL III	185
CPPL IV	151
CPPL VI	174
CSCD	13
CIOPS	14
GIV	22
CTOC	145
GORE CARIRI	21
GORE JAGUARIBE	2
GORE NORTE	10
HSPPOL	119
IPF	245
IPGSG – 88	88
IPPOO II	177
NIP	8
PIRC	152
PIRS	159
CAUCAIA	140
IMELDA	69
PACATUBA	146
UPPJSA	162

CESAP	1
CISPE	7
EGPR	10
COAD	13
VAPT VUPT	4
SEGURANÇA MÁXIMA	58
COGEP	8
CTIC	2
MONITORAMENTO	6
SAPT	1
SINDASP	5
TOTAL	3.586

Com a finalidade de ter uma amostra representativa dos policiais penais do estado do Ceará, a pesquisa foi realizada nas unidades prisionais de todas as macrorregiões do Estado do Ceará. O quantitativo de participantes de cada unidade se deu por meio do cálculo da amostra, utilizando a fórmula para população finita. Foram excluídos os policiais afastados por licença ou férias, durante o período de coleta de dados. Dessa forma, a amostra foi estimada em 342 policiais penais, no entanto o número total de respondentes foi de 344.

O quadro a seguir demonstra a amostra proporcional estratificada com o quantitativo coletado em cada unidade.

QUADRO 2: Amostra proporcional estratificada por unidades prisionais. Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, 2022.

UNIDADES	N
CTOC	16
CDP	15
UPPJSA	19
CPPL I – UPAPLA	15
CPPL II	16
CPPL III	17
CPPL IV	16
CEPIS	16
CPPL VI	18
UP CAUCAIA	15
IPF	28

IPPO II	20
PFHVA (PACATUBA)	14
IMELDA	7
IPGSG	10
HSPPOL	14
UPSM	8
PIRC	17
PIRS	16
SOBRAL	5
GRANJA	3
TRAIRI	3
CARIDADE	4
FORTIM	4
ACOPIARA	3
ICO	3
CEDRO	3
JUAZEIRO MASCULINA	9
CRATO	7
NOVO ORIENTE	3
TOTAL	344

Ressalta-se que algumas variáveis não possuem o quantitativo total estimado, pois houve falta de registro das respostas devido ao erro no preenchimento dos dados, recusa do participante em responder determinado questionamento ou ainda por falha no próprio sistema de informação utilizado no momento da coleta de dados.

Por outro lado, algumas perguntas oportunizaram ao participante escolher mais de uma opção, o que gerou conseqüentemente o aumento de respostas, acima do esperado. Todas essas variáveis com diferentes valores amostrais do estimado (n = 344) estão sinalizadas nas tabelas.

Os principais desfechos investigados foram dados socioeconômicos e demográficos, qualidade de vida geral, qualidade de vida no trabalho dos policiais, padrão de consumo de álcool e outras drogas, presença de sintomas de ansiedade, depressão e tendência para suicídio. Assim, para cada desfecho estudado foram utilizados instrumentos validados no Brasil e que apresentaram boa confiabilidade.

Para os dados socioeconômicos e demográficos, foi aplicado instrumento adaptado do estudo de Carvalho (2020).

Para a avaliação da **qualidade de vida** foi utilizado o instrumento WHOQOL brief que consta de 26 questões, sendo duas questões gerais e as demais 24 representam cada uma das 24 facetas do instrumento original de qualidade de vida proposto pela Organização Mundial de Saúde (FLECK et al, 2000)

A **qualidade de vida no trabalho** foi analisada a partir da aplicação do instrumento composto por 20 questões. São quatro questões do domínio físico/saúde, três do domínio psicológico, quatro do domínio pessoal e nove do domínio profissional, compondo 20 questões QWLQ-Brief (CHEREMETA et al, 2011).

Para verificar o **padrão do consumo de drogas** conforme o risco de álcool e outras drogas, foi utilizado o *The Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test (ASSIST)*. Esse instrumento, é o teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras drogas, foi desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde em 1997 e validado no Brasil (HENRIQUE et al, 2004).

Para avaliação do nível de ansiedade e depressão foi utilizado a *Escala de Avaliação do nível de ansiedade e depressão (HAD)*. A HAD avalia a depressão e a ansiedade sem avaliar sintomas somáticos. A escala apresenta 14 questões de múltipla escolha, em que cada um dos itens pode ser pontuado de zero a três. A escala é composta de duas subescalas, sendo uma para ansiedade e outra para depressão, contendo sete itens cada e chegando a uma pontuação máxima de 21 pontos em cada subescala. O HAD considera sem ansiedade e/ou depressão com escore 0 a 8; com ansiedade/depressão com escore ≥ 9 (BOTEGA et al, 1995).

Já para a avaliação do risco de suicídio foi utilizada *Escala Multi-atitudinal de Tendência ao Suicídio (EMATS)*. Desenvolvida inicialmente para o contexto israelense o EMATS avalia quatro fatores que são: Atração para a Vida, Repulsão para a Vida, Atração para a Morte e Repulsão pela Morte. Para a pesquisa foi utilizado o EMATS validado para a língua portuguesa e adaptado com 20 questões que avaliam os quatro fatores supracitados. As respostas da escala são de cinco pontos, variando de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente (DE AQUINO, 2009).

O período da coleta de dados foi de junho a agosto de 2022 nas unidades prisionais estabelecidas pela amostra estratificada. Foi realizada por pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Ceará, devidamente treinados para a aplicação do termo de consentimento livre e esclarecido, questionários e utilização da plataforma de pesquisa.

As informações foram coletadas a partir de entrevista com os policiais que estavam de plantão nas unidades prisionais. Os policiais que atendiam aos critérios de inclusão da pesquisa foram abordados e receberam orientações dos objetivos da pesquisa e convidados para participar do estudo.

Após o aceite de participação os policiais foram convidados para local disponibilizado nas unidades prisionais sem barulhos, ruídos e intromissões de terceiros durante a aplicação dos instrumentos. Os policiais que aceitaram participar, assinaram o aceite por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após o aceite foi realizada a coleta de dados. Foi utilizada a Plataforma de questionários online Survey Monkey, para criação, organização e aplicação dos questionários da pesquisa.

Para análise quantitativa dos dados, o programa SPSS foi utilizado para construção do banco de dados e tratamento estatístico. A primeira fase da análise estatística consistiu na realização de componentes descritivos, por meio dos cálculos das frequências (absolutas, relativas, intervalo de confiança), de medidas de tendência central e de medidas de dispersão. Para as medidas de tendência central, foi realizado o teste de Kolmogorov-Smirnov, a fim de identificar a normalidade de distribuição dos dados. Os resultados foram apresentados na forma de tabelas ilustrativas e gráficos, categorizados segundo as seções dos instrumentos.

A análise dos dados foi composta ainda por resultados oriundos de um grupo focal com Policiais Penais, dando aos entrevistados a oportunidade de falar sobre a sua experiência no interior do sistema prisional. Importante destacar que, conforme ilustra Gondim (2002), o grupo focal é uma técnica cujo objetivo é promover a compreensão à luz da discussão de questões que afetam determinado número de pessoas que vivenciam uma experiência social comum. Compreender seus pontos de vistas e as maneiras como eles interpretam e falam disso permite aos pesquisadores, em alguma medida, analisar as ações e relações que compõem o fenômeno social estudado.

A escolha dos policiais participantes envolveu um processo de diálogo e, também, de garantias para que os participantes ficassem à vontade para o melhor atendimento possível das demandas do trabalho. Para esse fim, o grupo foi realizado em espaço cedido pela Unidade Federal do Ceará e as informações foram resguardadas para uso único e exclusivo dos pesquisadores.

O roteiro para o grupo focal foi discutido pela equipe e composto por perguntas geradoras de caráter amplo, deixando aos próprios interlocutores margens para apresentarem suas ideias a respeito do problema investigado. As questões foram estruturadas com base no seu objetivo primordial do projeto que é a avaliação da qualidade de vida dos policiais penais, considerando as condições psicossociais de sua dinâmica de trabalho com pessoas em cumprimento de pena de privação de liberdade em unidades prisionais do Ceará.

Diferente da entrevista, o grupo focal possibilita uma visão mais ampla também em virtude da interação entre os participantes, permitindo aos pesquisadores a compreensão de convergências e divergências entre os diferentes participantes. Para fins de análise desses dados, convém ressaltar que a interpretação dos dados dos grupos focais se sustenta ainda em uma perspectiva de análise do discurso fundamentada na experiência prática. Como explicou Fairclough (2001), o discurso em suas diferentes formas não é apenas uma expressão subjetiva, mas uma prática constitutiva da experiência social, suas formas de reprodução e transformação das relações sociais. Por isso, as discussões do grupo focal aparecem aqui em diálogo com os dados quantitativos, buscando ilustrar mais alguns traços das experiências estudadas e tratadas por meio dos dados quantitativos.

O grupo focal em questão foi realizado no dia 07 de fevereiro de 2023, no Centro de Humanidades da UFC. O grupo de policiais que participaram foi composto por profissionais de idade entre 28 e 56 anos. O tempo de serviço também variou entre 4 e 28 anos, possibilitando uma visão ampliada desde mais jovens até mais experientes. Os profissionais, na atualidade, trabalham na própria SAP, mas atuaram em diferentes períodos dentro das unidades, apresentando ainda serviços relacionados à escolta de presos. Os resultados qualitativos aqui apresentados são, portanto, condizentes a essas condições sociais, sendo possível outros pontos de vista decorrentes de profissionais com idades e experiências diferentes dos que se voluntariaram para participar dessa etapa da pesquisa. Para fins de manutenção do acordo de anonimato feito com os policiais penais participantes do grupo, os trechos de suas falas utilizados neste relatório não são identificados e atribuídos nominalmente a nenhum deles.

Com a realização de um grupo focal, os resultados apresentados aqui são para apoio e composição das análises que, em linhas gerais, são sustentadas em um investimento de pesquisa quantitativa de grande envergadura. Então, trata-se de uma complementação que, ao longo do relatório, vai ilustrando por meio da fala dos policiais penais certos elementos que os dados apontaram. Isto permite desde um adensamento até o desenvolvimento de hipóteses de trabalho que, em outros investimentos de pesquisa, podem ser utilizadas para realização de novos estudos. As falas também ampliam o horizonte analítico ao trazer elementos subjetivos presentes na maneira como os policiais se sentem, avaliam e se posicionam diante das questões apresentadas. A possibilidade de ouvir os policiais de maneira mais demorada, entre outras coisas, permitiu entender algumas nuances das suas experiências vividas no sistema penitenciário e como são afetados pelo universo de problemas que compõem esse mundo social tão complexo. Ademais, apenas uma parcela do que eles

falaram será explorada em pontos chaves após cuidadosa análise e estudo de como essas falas nos ajudam a entender alguns pontos presentes no relatório. Apresenta-se um pequeno fragmento de uma realidade mais complexa e que poderia ter muitos outros desdobramentos a partir de um volume maior de informações qualitativas de diferentes segmentos de policiais penais atuando na carreira.

Em cumprimento à Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), os aspectos éticos e legais envolvendo pesquisa com seres humanos foram respeitados. Ressalta-se que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, submetido via Plataforma Brasil, sob número de CAAE: 29499120.8.0000.5054 e número de parecer: 3.921.161.

3. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS POLICIAIS

A Tabela 1 sintetiza a faixa etária de acordo com o gênero. A maioria dos policiais penais, 265 (77,0%) são do gênero masculino e estão na faixa etária de 30 a 44 anos (62,9%). Entre as policiais do sexo feminino, essas perfazem um total de 79 (23,0%), com maior prevalência entre as faixas etárias de 30 a 44 anos (68,0%). Considerando homens e mulheres, a idade mínima foi de 22, máxima de 66 e mediana de 37 anos.

TABELA 1: Distribuição de policiais penais conforme faixa etária e sexo. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Faixa Etária (n = 338)	Homem		Mulher	
	n	%	n	%
20-24 anos	7	2,7	0	0,0
25-29 anos	39	15,1	12	16,0
30-34 anos	55	21,2	15	20,0
35-39 anos	64	24,7	23	30,7
40-44 anos	44	17,0	13	17,3
45-49 anos	22	8,5	9	12,0
50-54 anos	14	5,4	1	1,3
55-59 anos	10	3,9	1	1,3
60 anos ou mais	4	1,5	1	1,3

Os dados referentes ao perfil sociodemográfico, dispostos na Tabela 2, revelou que quase a totalidade, 336 (97,7%) declarou-se heterossexual, a maioria com 242 (70,3%) eram casados e 199 (57,8%) consideraram-se pardos.

Quanto à cidade em que moram, 195 (56,7%) residem em Fortaleza ou região metropolitana, 106 (30,8%) na região do interior do Ceará e 242 (70,3%) moravam com duas ou mais pessoas. Evidenciou-se ainda que 229 (66,6%) dos entrevistados declararam ter pelo menos um filho. No que se refere à religião, mais da metade 188 (54,7%) dos entrevistados denominam-se católico e 41 (11,9%) não possuem religião, apesar de ter uma crença em um Ser superior.

TABELA 2: Perfil sociodemográfico dos policiais penais do Estado do Ceará. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Variáveis sociodemográficas (n = 344)	n	%
Gênero		
Masculino (cisgênero)	265	77
Feminino (cisgênero)	79	23

Orientação sexual		
Heterossexual	336	97,7
Homossexual	7	2,0
Bissexual	1	0,3
Estado civil		
Casado/União estável	225	65,4
Solteiro	87	25,3
Divorciado/Separado	30	8,7
Viúvo	2	0,6
Cor		
Pardo	199	57,8
Branco	101	29,4
Preto	30	8,7
Amarelo	8	2,3
Outro	6	1,7
Cidade que reside		
Fora do Ceará	43	12,5
Fortaleza ou região metropolitana	195	56,7
Interior do Ceará	106	30,8
Religião		
Católico	188	54,8
Evangélico	80	23,1
Espírita	2	0,6
Agnóstico	4	1,2
Não tem religião ou crença superior	17	4,9
Não tem religião, mas acredita em ser superior	41	11,9
Outros	12	3,5
Mora com quantas pessoas		
0	20	5,8
1	82	23,8
2	102	29,7
3	82	23,8
4	41	11,9
5 ou mais	17	4,9

Filhos		
0	115	33,4
1	113	32,8
2	80	23,3
3 ou mais	36	10,5

No que concerne ao perfil educacional dos policiais penais, mais da metade 198 (57,6%) declarou possuir Ensino Superior Completo, seguido de Pós-graduação, 90 (26,2%), o que se pode considerar uma amostra com alto nível educacional. Em relação ao curso de graduação, os tipos de cursos mais respondidos pelos policiais foram o de Ciências Humanas (34,9%) e Ciências Sociais Aplicadas (27,6%).

Dos entrevistados, 200 (51,8%) mencionaram que atualmente não estão estudando e apenas 62 (13,5%) não tem pretensão de estudar no próximo ano, ou seja, 86,5% afirmaram intenção de estudar, independente do tipo de curso.

TABELA 3: Perfil educacional dos policiais penais do Estado do Ceará. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Variáveis (n = 344)	n	%
Escolaridade		
Ensino médio completo (12 anos)	56	16,3
Ensino Superior completo (16 anos)	198	57,6
Pós-graduação (17 anos ou mais)	90	26,2
Curso de graduação cursado		
Nenhum	56	16,3
Ciências exatas e da terra	34	9,9
Ciências da saúde	20	5,8
Ciências sociais aplicadas	95	27,6
Ciências Humanas	120	34,9
Outras	36	5,5
Estuda atualmente		
Sim	144	41,9
Não	200	51,8
Pretensão de estudar próximo ano		
Não	62	13,4
Nível técnico ou médio	8	1,8
Língua estrangeira	23	5,0
Concurso público	71	15,4

Graduação	107	23,2
Pós-graduação	115	25,0
Cursos internos da SAP	46	10,0
Outros	29	6,2

Nota. a soma total pode ser superior ao número total de respondentes, pois o mesmo respondente poderia assinalar mais de uma opção

O perfil financeiro foi investigado e os policiais declararam uma renda pessoal mensal de R\$6.500,00, e um rendimento familiar total de R\$8.500,00.

TABELA 4: Perfil financeiro dos policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Variáveis (n = 344)	n	%
Satisfação com a renda		
Muito satisfeito	19	5,5
Satisfeito	215	62,5
Insatisfeito	101	29,4
Muito insatisfeito	9	2,6
Necessidade de complementar a renda		
Sim	193	56,1
Não	151	43,9
Alteração na renda nos últimos 4 anos		
Sim, alteração para maior	283	82,3
Sim, alteração para menor	30	8,7
Não	31	9,0

A Tabela 4 apresenta variáveis quanto ao perfil financeiro e quanto ao nível de satisfação perante a renda mensal, mais da metade dos policiais, 234 (68,0%), apresentou-se muito satisfeito ou satisfeito com sua renda. Embora estivessem satisfeitos, a maioria com 193 (56,1%) manifestou necessidade de complementar sua renda. E quando indagados se tiveram alteração da renda nos últimos quatro anos, a grande maioria, 283 (82,3%), declarou que houve sim alteração no rendimento mensal para maior, corroborado pelo aumento de salário da categoria.

Sobre suas rendas, os policiais que participaram dos grupos focais ofereceram algumas percepções importantes sobre os seus ganhos.

[...] Tudo bem, só que com o passar dos anos o salário... a inflação vai comendo o salário da gente, aí começa a fazer uma hora extra, desde 2016 a gente tá fazendo hora extra e acaba incorporando isso ", destacou policial penal participante do grupo focal.

Embora como mostram os dados eles se sintam satisfeitos, alguns relatam que compõem sua renda com horas extras, o que causa maior cansaço e, portanto, problemas relacionados à rotina. Segundo eles, após incorporar ganhos que são resultados de horas extras, é mais complicado abdicar desse acréscimo no futuro, pois os gastos passam a considerar o dinheiro extraordinário como parte da renda ordinária. Como será possível observar adiante, o acúmulo de trabalho para incorporação de renda extra pode ser um indicativo de estresse, entre outros problemas vivenciados pelos profissionais.

4. PERFIL DE SAÚDE DOS POLICIAIS

Nesta seção têm-se informações importantes que retratam desde o perfil de saúde evidenciando o acesso aos serviços de saúde, licença para tratamento, comorbidades existentes, entre outras, como também revela os hábitos de saúde dos policiais.

A Tabela 5 demonstra o perfil clínico dos policiais e observou-se que 254 (73,8%) não estavam necessitando de tratamento médico no momento da coleta de dados. No que tange ao acesso aos serviços de saúde, observou-se que 158 (39,3%) fazem uso do plano de saúde do Estado (ISSEC), seguido de 131 (32,6%) que referiram utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em tempos de pandemia, investigou-se também a contaminação pelo SARS-CoV-2 e 235 (68,3%) afirmaram ter testado positivo para COVID-19, pelo menos uma vez. No que se refere ao afastamento do trabalho por motivo de saúde, 136 (39,5%) precisaram tirar licença para tratamento de saúde e dentre os principais motivos foram problemas psiquiátricos, com 47 (34,6%), e doenças musculoesqueléticas, com 27 (19,9%).

Já o tempo médio de licença para tratamento de saúde dos policiais foi de dois meses e 15 dias e em relação ao tempo médio que os policiais afirmaram terem realizado os últimos exames médicos de acompanhamento foi de sete meses.

TABELA 5: Perfil clínico dos policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Variáveis (n = 344)	n	%
Tratamento médico atualmente		
Sim	90	26,2
Não	254	73,8
Acesso aos serviços de saúde		
Plano de Saúde Estado (ISSEC)	158	39,3
Particular	88	21,9
SUS	131	32,6
Serviço de saúde da SAP	25	6,2
Teve COVID-19		
Nunca	109	31,7
1	148	43,0
2 ou mais	87	25,3
Tirou licença para tratamento de saúde		
Sim	136	39,5
Não	208	60,5

Motivo para LTS

Doenças psiquiátricas	47	41,2
Doenças musculoesqueléticas	27	23,7
Doenças infecciosas	8	7,0
Acidentes automobilísticos	7	6,1
Doenças respiratórias	7	6,1
COVID	4	3,5
Outros	14	12,3

Nota. a soma total pode ser superior ao número total de respondentes, pois o mesmo respondente poderia assinalar mais de uma opção

As licenças de saúde são problemas recorrentes na visão dos policiais entrevistados. Segundo eles, “muitas licenças são pela carga de trabalho” (Relato do Grupo Focal). Desta maneira, os policiais relatam um efeito bola de neve, pois a licença gerada pela carga de trabalho tem como consequência a produção de “mais trabalho” para os policiais em pleno exercício de sua atividade.

Sobre as causas da licença médica, os policiais relataram problemas desde a falta de perfis vocacionados para o trabalho até os efeitos das próprias licenças que geram maior acúmulo para os policiais em serviço.

Assim, é possível observar a existência de processos que se retroalimentam e, possivelmente, são geradores de adoecimento geradores de sintomas que causam o afastamento do serviço. Importante destacar que o afastamento por licença médica embora cause o afastamento do policial, ele não altera a rotina de trabalho dos demais, conforme relato: “[...] pois se amanhã só tiver cinco mantém as mesmas atividades dos quinze que estariam na escala, e aí você tem que dobrar o serviço e a segurança... mesma coisa”. A falta de um efetivo substitutivo ocasiona assim uma alteração importante do volume de trabalho do policial ativo no dia em que outros colegas não têm condições de saúde para estarem presentes.

Quanto ao perfil de saúde, detalhado na Tabela 6, observou-se que 74 (21,5%) não praticam exercícios físicos nenhum dia da semana. Todavia, a maioria com um total de 206 (59,9%) praticam atividade física pelo menos 3 vezes por semana. Quanto à satisfação dos policiais com a sua prática de atividades físicas, 181 (52,6%) apresentaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos.

Os dados também apontaram que um número expressivo de 246 (72,6%) policiais penais estão com índice de massa corporal (IMC) inadequado, variando de sobrepeso até obesidade grau III. Quando questionados sobre as horas de sono durante a noite, quase a totalidade, 338 (98,3%) policiais penais responderam dormir menos de oito horas, com média de seis horas e trinta minutos de sono por noite. Em relação às atividades de lazer, 115 (33,4%) relataram um dia na semana para práticas de lazer.

TABELA 6: Perfil de saúde dos policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Variáveis (n = 344)	n	%
Frequência de atividade de lazer semanal		
Nenhum dia	31	9
1 dia	115	33,4
2 dias	101	29,4
3 dias	47	13,7
4 dias	14	4,1
5 dias	21	6,1
6 dias	3	0,9
7 dias	12	3,5
Frequência de atividade física		
Nenhum dia	74	21,5
1 dia	18	5,2
2 dias	46	13,4
3 dias	66	19,2
4 dias	62	18,0
5 dias	41	11,9
6 dias	15	4,4
7 dias	22	6,4
Satisfação com atividade física		
Muito satisfeito	51	14,8
Satisfeito	130	37,8
Insatisfeito	116	33,7
Muito insatisfeito	47	13,7
Horas de sono por noite		
Até 8 horas	338	98,3
8 horas em diante	6	1,7
IMC		
Magreza (< 18,5)	0	0
Adequado (18,5-24,9)	93	27,4
Sobrepeso (25,0-29,9)	184	54,3
Obesidade Grau I (30,0-34,9)	49	14,5
Obesidade Grau II (35,0-39,9)	11	3,2
Obesidade Grau III (> 40,0)	2	0,6

O gráfico 1 revela as principais comorbidades relatadas pelos policiais:

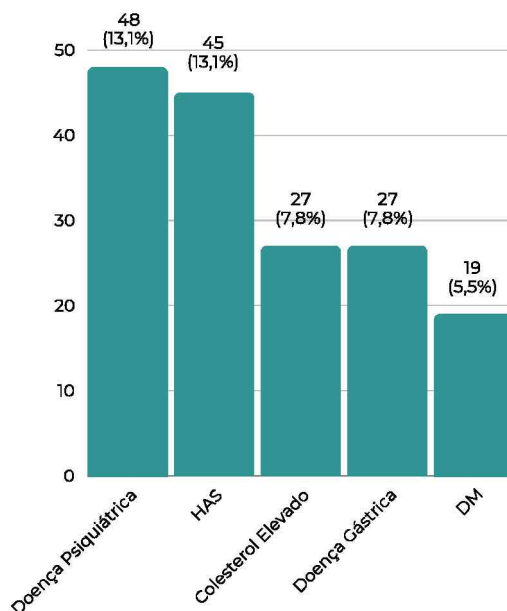


GRÁFICO 1: Distribuição das comorbidades dos policiais penais do Estado do Ceará. (n = 344) Ceará, Jun-Ago, 2022.

Dentre as comorbidades, as mais prevalentes entre os policiais penais foram 48 (13,1%) com problemas psiquiátricos, seguido de 45 (13,1%) com Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), 27 (7,8%) com colesterol elevado, 27 (7,8%) com doenças gástricas e 19 (5,5%) com Diabetes Mellitus (DM).

Como é possível observar nos dados, os problemas psiquiátricos são destacados como um dos principais problemas, assim como os demais, em determinados casos, ainda podem envolver aspectos emocionais. Neste ponto, os policiais penais que integraram o grupo focal, também, corroboram para compreensão dessa questão ao salientar as dificuldades próprias de lidarem com situações sensíveis e geradoras de sofrimento psíquico.

Não só a questão do perigo, né? A questão de você... a pessoa que tem um senso humano... tô convivendo com um cara que cometeu uma atrocidade, aí fica aquele pensamento "poxa, aquele cara matou uma criança, aquele cara cometeu um estupro", isso abala pessoalmente quem não tá preparado praquilo, né? (Relato do Grupo Focal).

Foi possível observar, nas falas dos policiais, análises de condições sociais que estruturam a profissão, evidenciando exigências de caráter emocional e disposições para fins específicos. Na leitura dos policiais, os treinamentos recebidos não parecem suficientes para suprir, entre outras coisas, as necessidades de estabilidade emocional no ambiente de trabalho. Existem, portanto, muitas situações no dia a dia para as quais os profissionais não estão

preparados, gerando diferentes frustrações, dificuldades e problemas geradores dos processos de adoecimento. Na sua visão, a função de policial penal exige uma vocação e preparação adequada, com treinamentos mais completos em razão da extensão de exigências do trabalho em sua relação com a população carcerária.

5. PADRÃO DO CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS POR POLICIAIS

Os policiais penais também foram investigados quanto ao uso de álcool e outras drogas na vida e atualmente. O histórico da utilização dessas substâncias por policiais penais do Ceará está exposto no Gráfico 2.

Ressalta-se que para classificar como “atualmente” considerou-se o uso nos últimos três meses da substância, independente da frequência ser mensal, semanal ou diariamente.

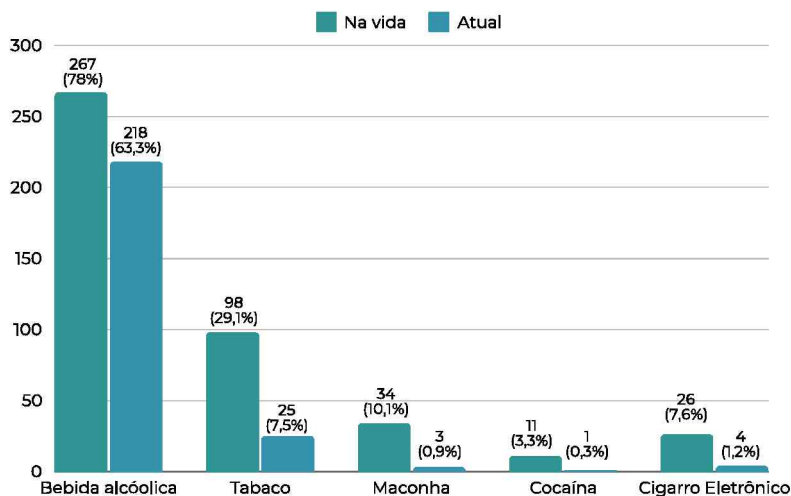


GRÁFICO 2: Uso de drogas por policiais penais na vida e atualmente. Ceará, Jun-Ago, 2022.

A bebida alcoólica destacou-se como substância mais utilizada pelos policiais durante a vida, 267 (78%), seguida do tabaco com 98 (29,1%) e da maconha com 34 (10,1%). Os inalantes, juntamente com a cocaína e com os hipnóticos, tiveram 21 (6,3%), 11 (3,3%) e 11 (3,3%) respostas afirmativas na vida, respectivamente.

Apesar do quantitativo de utilização de substâncias na vida atual dos policiais ter diminuído consideravelmente em relação à vida pregressa, quando se analisou seu uso corrente, o álcool permaneceu em primeiro lugar, com 218 (63,3%), seguido do tabaco, com 25 (7,5%), e do cigarro eletrônico, o qual foi citado por quatro policiais (1,2%). Outras substâncias, como maconha e cocaína, evidenciaram quantitativo mínimo. As demais drogas investigadas, anfetaminas, alucinógenos e opióides tiveram menos de 1% de respostas afirmativas tanto na vida como atualmente.

Em virtude do elevado quantitativo de respostas positivas para o uso do álcool atualmente, segue na tabela abaixo as demais perguntas investigadas quanto ao uso dessa substância.

TABELA 7: Distribuição da frequência do questionário ASSIST quanto ao uso de álcool. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Últimos 3 meses uso de álcool	Nunca	1 ou 2 vezes	Mensal	Semanal	Diariamente
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Forte desejo	259 (75,5)	26 (7,6)	16 (4,7)	34 (9,9)	8 (2,3)
Problemas legais, sociais e financeiros	316 (92,1)	14 (4,1)	3 (0,9)	6 (1,7)	4 (1,2)
Não cumprimento das atividades diárias	323 (94,2)	16 (4,7)	2 (0,6)	1 (0,3)	1 (0,3)

Os dados revelaram que 42 (12,2%) dos policiais tiveram um forte desejo de consumir bebida alcoólica na semana ou diariamente. Já quando se indagou se o uso de álcool causou preocupação por parte de amigos, parentes ou familiares nos últimos três meses, 28 (8,2%) responderam que sim. E por fim, ao questionar o policial se alguma vez já tinha tentado controlar, parar ou diminuir o uso do álcool e não conseguiu, 39 (11,5%) relataram que sim e desses 21 (6,2%) foi no último mês.

Dessa forma, percebe-se que o uso do álcool pode ser considerado um problema existente na vida dos policiais penais e, portanto, passível de observações e cuidados específicos para diminuição dos impactos nocivos dessa prática na vida de policiais e seus familiares.

6. PERFIL LABORAL DOS POLICIAIS PENAIS

A Tabela 8 diz respeito às características laborais dos policiais penais.

TABELA 8: Distribuição das características laborais de policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Características laborais (n = 344)	n	%
Transferência de unidade		
Sim	222	64,5
Não	122	35,5
Tipo de atividade		
Atividade fim	219	63,7
Atividade meio	20	5,8
Atividade fim e Meio	105	30,5
Chefia		
Sim	53	15,4
Não	291	84,6
Gratificação		
Sim	82	23,8
Não	262	76,2
Outro vínculo público		
Sim	3	0,9
Não	341	99,1
Atividade extra na polícia		
Sim	188	54,7
Não	156	45,3
Atividade extra fora da polícia		
Sim	61	17,7
Não	283	82,3
Qual atividade extra		
Não exerço atividade	283	82,3
Outra	55	16
Segurança privada	6	1,7

Tempo de serviço		
1-4 anos	162	47,6
5-8 anos	72	21,2
9-12 anos	53	15,6
13-16 anos	40	11,8
17-20 anos	1	,3
maior igual a 21 anos	12	3,5
Desejou sair da polícia		
Sim	173	50,3
Não	171	49,7
PAD		
Sim	36	10,5
Não	308	89,5

Quanto ao perfil laboral, observou-se que 222 (64,5 %) dos policiais já foram transferidos de unidades prisionais. Do total, 324 (94,2%) exercem atividade fim, de policiamento nas unidades prisionais, 53 (15,4%) exercem alguma função de chefia nas unidades e 82 (23,8%) recebem algum tipo de gratificação por suas atividades policiais.

Sobre o vínculo profissional, três (0,9%) policiais penais têm algum outro vínculo de serviço público, 188 (54,7%) exercem atividade extras na polícia e 61 (17,7%) exercem atividades extras fora da polícia penal do estado. Sobre o tempo de serviço, é visto que a maior parte deles, 234 (68,8%), tem menos de 10 anos de atividade na polícia penal.

Os policiais também foram questionados quanto ao desejo de sair da polícia penal e 173 (50,3%) expressaram essa vontade. Os principais motivos pelos quais os participantes relataram ter desejo de sair da polícia foram: o não reconhecimento da profissão, seja pela sociedade ou pela gestão; e a falta de identificação com a área policial. No que se refere às áreas de atuação que os policiais gostariam de atuar, caso saíssem do serviço da polícia, as mais citadas foram as áreas da saúde, da educação e do judiciário, consecutivamente.

A Tabela 9 apresenta as vivências dos policiais penais no ambiente de trabalho.

TABELA 9: Vivências no trabalho de policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Vivências no ambiente de trabalho (n = 344)	n	%
Confronto armado no trabalho		
Sim	66	19,2
Não	278	80,8

Confronto armado fora do trabalho		
Sim	40	11,6
Não	304	88,4
Achado de cadáver		
Nunca	204	59,3
1 vez	43	12,5
2 vezes ou mais	97	28,2
Rebelião		
Nunca	154	44,8
1 vez	83	24,1
2 vezes ou mais	107	31,1
Ameaça contra a vida		
Nunca	219	63,7
1 vez	38	11,0
2 vezes ou mais	87	25,3

As vivências no ambiente de trabalho apresentaram baixos índices de confronto armado dentro e fora do ambiente prisional, 66 (19,2%) e 40 (11,6%), respectivamente. Dos policiais, 190 (55,2 %) vivenciaram algum tipo de rebelião, 140 (40,7%) receberam algum chamado de achado de cadáver e 112 (36,3%) sofreram algum tipo de ameaça contra a vida.

O Gráfico 3 faz referência ao nível de satisfação dos policiais penais do Ceará relacionado ao equipamento de proteção individual (EPI), ao armamento e à estrutura física do seu ambiente de trabalho.

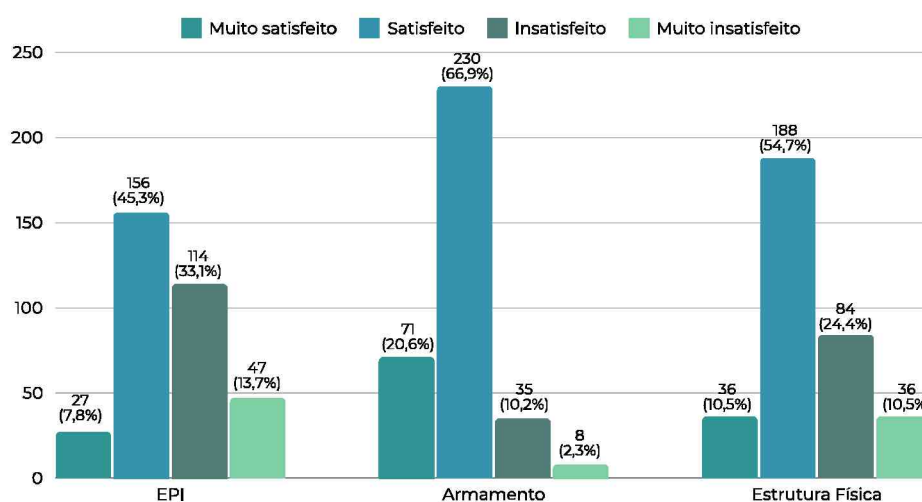


GRÁFICO 3: Satisfação dos policiais penais com EPI, armamento e estrutura física do ambiente de trabalho (n = 344). Ceará, Jun-Ago, 2022.

Quanto à satisfação dos policiais penais relacionada ao armamento 301 (87,5%) verbalizou que estava muito satisfeito ou satisfeito com esse instrumento de segurança de trabalho. Já a satisfação referente à estrutura física das unidades as quais trabalham, mais da metade apresentou-se muito ou satisfeito 224 (65,2%) e em relação ao EPI, a maioria 183 (53,1%) mostrou satisfação, apesar de ter sido a variável com menor porcentagem de satisfação quando comparada com a estrutura física e armamento.

No grupo focal, a melhoria dos equipamentos de proteção individual foi ressaltada como elemento gerador de orgulho do profissional que, outrora, sentia-se envergonhado da sua profissão.

Hoje, eu vejo um sistema penal muito mais organizado, muito mais bem equiparado tanto de armamento de coisas físicas, como também de treinamento, de... da questão de boa... o policial penal hoje tem orgulho de dizer "sou policial penal". Antigamente, a gente chegava num canto aí: "qual a tua profissão?", "ah, eu sou funcionária pública", "mas você trabalha onde?", "não, sou trabalhadora de justiça", "mas qual o seu cargo lá?". Aí você: "eu sou agente", "o quê?!", "eu sou agente", "tu cuida de preso?". Era o que a gente era chamado, cuidador de preso, babá de preso, hoje em dia o policial penal ele tem um perfil que se destaca na sociedade. (Relato do Grupo Focal).

A Tabela 10 apresenta a avaliação dos policiais penais sobre a mudança na estrutura física das unidades, na gestão das unidades e da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e sobre o treinamento ofertado nos últimos quatro anos.

TABELA 10: Avaliação da Estrutura Física, Gestão e Treinamentos nos últimos quatro anos. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Avaliação Estrutura Física, Gestão e Treinamentos (n =344)	n	%
Alterações na estrutura física		
Não	39	11,3
Sim, para melhor	280	81,4
Sim, para pior	25	7,3
Alterações condutas da gestão da unidade		
Não	61	17,7
Sim, para melhor	220	64,0
Sim, para pior	63	18,3

Alterações nas condutas da gestão da SAP		
Não	43	12,5
Sim, para melhor	229	66,6
Sim, para pior	72	20,9
Alterações fluxos e processos de trabalho		
Não	27	7,8
Sim, para melhor	214	62,2
Sim, para pior	103	29,9
Participou de treinamento		
Sim	294	85,5
Não	50	14,5
Satisfação com relação ao treinamento?		
Muito satisfeito	133	45,2
Satisfeito	152	51,7
Insatisfeito	5	1,7
Muito insatisfeito	4	1,4

Em relação a avaliação da estrutura física, segundo 280 (81,4%) policiais penais, existiram alterações para melhor da estrutura física das unidades prisionais. Dos policiais, 220 (64,0%) relataram ainda melhoria das alterações de condutas das gestões das unidades e 229 (66,6%) também mencionaram que houve alteração para melhor na gestão da SAP. Melhoria dos fluxos e processos de trabalhos nas unidades foram relatados por 214 (62,2 %) policiais penais.

A respeito das melhorias observadas pelos policiais, destaca-se que, no grupo focal, os participantes enfatizaram sua preocupação com a consolidação do trabalho feito no âmbito da SAP, destacando que as melhorias retratadas na Tabela 10 devem ser incorporadas como partes de uma política de Estado, garantido o funcionamento do sistema penitenciário e as melhorias nas condições de trabalho para além de um governo ou gestão da secretaria.

Sobre a participação em treinamentos, 294 (85,5%) policiais participaram e, desses, 285 (96,9%) relataram estarem muito satisfeitos ou satisfeitos com os treinamentos ofertados pela SAP. Ressalta-se que quase a totalidade dos policiais, 285 (96,9%), participou de treinamentos entre os anos de 2019 e 2022.

Os Gráficos 4, 5 e 6 estão relacionados às escalas de trabalho atual e ideal dos policiais penais do Ceará, incluindo sua possível interferência na questão de saúde.

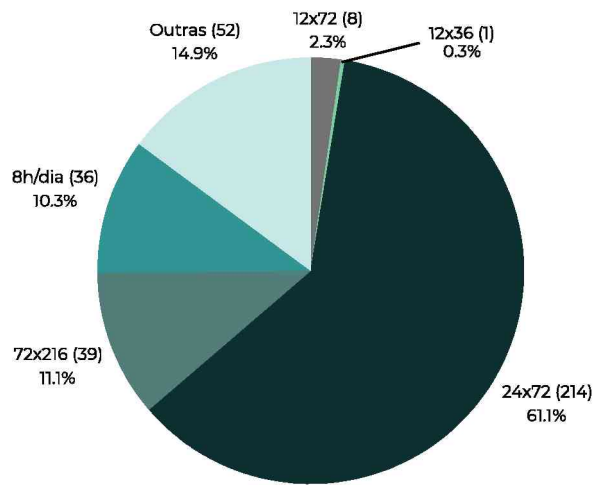


GRÁFICO 4: Distribuição de policiais penais conforme escalas de trabalho. Ceará, 2022.

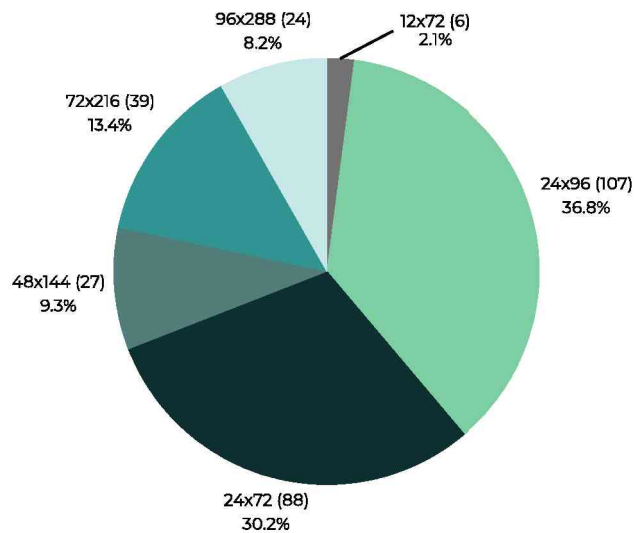


GRÁFICO 5: Escala ideal de trabalho segundo Policiais Penais. Ceará, 2022.

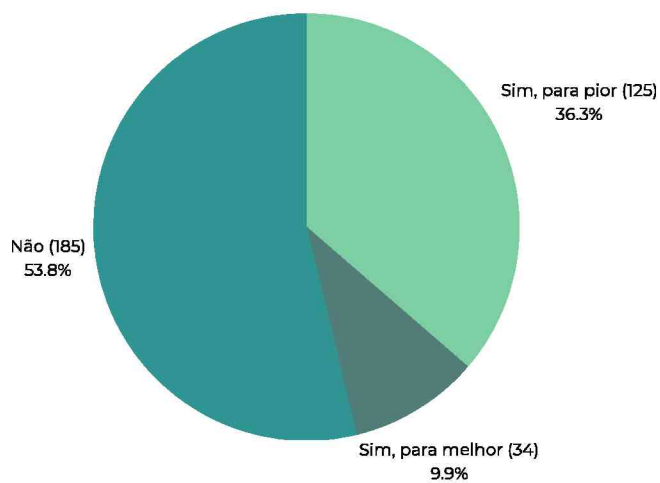


GRÁFICO 6: Interferência da escala de trabalho na saúde de policiais penais. Ceará, 2022.

De acordo com o Gráfico 4, grande parte dos policiais penais entrevistados, 214 (61%), apresentam sua escala de trabalho referente a 24 horas por 72, ou seja, trabalham um dia e folgam três. Entretanto, o Gráfico 5 mostra qual seria a escala ideal para esses policiais, destacando-se duas: a atual mais prevalente, 24 horas por 72, com 88 (30%) respondentes, e a escala de 24 horas por 96, com 107 (37%), que trabalha um dia e folga quatro.

Em relação às escalas de trabalho, os policiais participantes do grupo focal ressaltaram que “então a escala da gente é assim, tem gente que aguenta e tem gente que não aguenta”. Isto, segundo eles, está ligado a maneira como a pessoa encara seu trabalho e de fato utiliza bem suas horas de descanso para aliviar as tensões de uma rotina difícil, com problemas diversos ligados aos procedimentos necessários para o funcionamento das unidades. Eles também ressaltaram que problemas relacionados à escala podem ser mais recorrentes em virtude das horas extras, pois elas efetivamente diminuem o tempo de descanso, lazer e realização de outras atividades vitais para o bem-estar dos profissionais.

Quando questionados se sua escala atual de trabalho interferia em sua saúde, mais da metade dos policiais penais, 185 (54%), responderam que não havia essa interferência (Gráfico 6).

O Gráfico 7 avalia o nível de satisfação dos policiais penais do Ceará quanto à gestão atual da unidade e da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

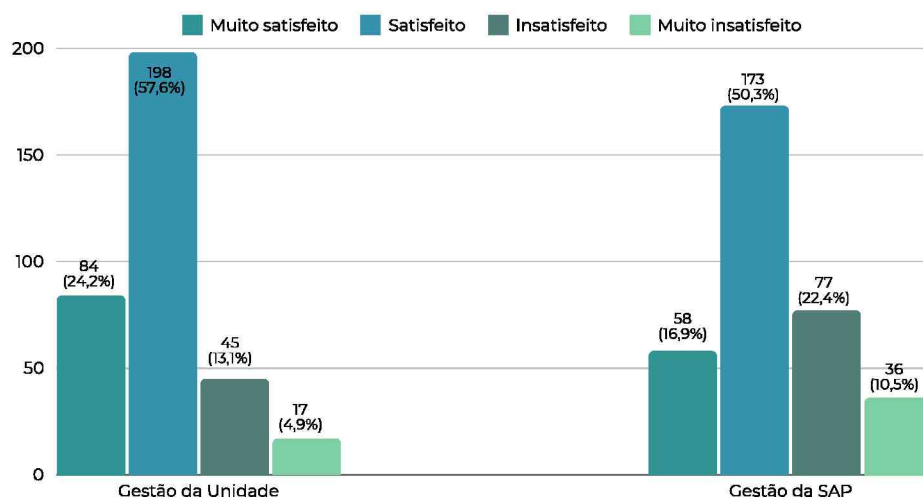


GRÁFICO 7: Avaliação da satisfação quanto à gestão da unidade e da SAP. Ceará, 2022

Quanto à gestão da sua unidade de trabalho, 282 (82,0%) policiais penais estavam muito ou satisfeitos com a direção atual. Em relação a gestão da SAP, 231 (67,2%) policiais também referiram satisfação com a gestão vigente.

A Tabela 11 apresenta a distribuição dos tipos de violências sofridas pelos policiais penais no ambiente de trabalho.

TABELA 11: Distribuição dos tipos de violência sofridas no trabalho por policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Tipos de violência	n	%
Violência Física		
Não	313	91,0
Sim, 1 vez	18	5,2
Sim, 2 vezes ou mais	13	3,8
Violência Sexual		
Não	336	97,7
Sim, 1 vez	4	1,2
Sim, 2 vezes ou mais	4	1,2
Violência Psicológica		
Não	176	51,2
Sim, 1 vez	27	7,8
Sim, 2 vezes ou mais	141	41,0
Violência Patrimonial		
Não	303	88,1
Sim, 1 vez	22	6,4
Sim, 2 vezes ou mais	19	5,5
Violência Moral		
Não	206	59,9
Sim, 1 vez	45	13,1
Sim, 2 vezes ou mais	93	27,0

Sobre as violências sofridas pelos policiais penais, a violência psicológica foi a mais prevalente entre eles, com 168 (48,8%) relatos que já sofreram esse tipo de violência e, desses, 141 (41%) sofreram mais de duas vezes a violência psicológica em seu ambiente de trabalho.

A violência moral foi a segunda mais prevalente nos policiais, na qual 138 (40,1%) já sofreram de alguma forma essa violência. A violência patrimonial, a violência física e a violência sexual também foram relatadas que já foram sofridas pelos policiais, com 41 (11,9%), 31 (9,0%) e 8 (2,4%), respectivamente.

Apesar do menor número, a violência sexual sofrida por oito policiais foi considerada um número destoante, uma vez que no ambiente de trabalho que tem como principal objetivo manter a ordem e disciplina do ambiente

prisional, esse tipo de crime não deveria emergir. Dessa forma, observou-se que dos oito casos, seis foram sofridas por policiais penais do sexo feminino e ainda três relataram ter sofrido esse tipo de violência mais de uma vez.

É oportuno salientar que, no grupo focal, os policiais avaliaram os procedimentos de conduta instituídos como um dos elementos que possibilitou mudanças na rotina, sobretudo, na relação com os presos. Segundo eles, antes era comum que fossem coagidos e submetidos a regras dos presos nas prisões. A partir das mudanças implementadas pela SAP, os policiais incorporaram procedimentos de trânsito com os presos para as diversas atividades implementadas em cada uma das unidades prisionais. Segundo os policiais, os procedimentos geraram mais segurança para sua rotina, mas também os colocaram diante de novos problemas. Então, embora os procedimentos forneçam maior segurança, os policiais ainda estão em uma posição de contato permanente e maior do que outrora quando, no seu julgamento, não tinham as mesmas obrigações. Cumprir essa rotina os coloca diante de desafios, pois mesmo com menos riscos de violência física, o desgaste psicológico foi apontado no grupo focal como um elemento presente no dia a dia do trabalho.

7. PERFIL DE SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS

Esta Seção destina-se aos dados sobre a saúde mental dos policiais penais, um dos eixos de estudo nesta população, uma vez que nos últimos anos observou-se maior número de casos de adoecimento mental e aumento de taxas de suicídios.

A Tabela 12 apresenta o perfil de saúde mental dos policiais penais.

TABELA 12: Perfil da saúde mental de policiais penais do Estado do Ceará. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Variáveis de saúde mental	n	%
Tem ou teve acompanhamento psicológico		
Sim	103	29,9
Não	241	70,1
Atendimento médico ou psicológico no trabalho		
Sim, uma vez	48	14,0
Sim, duas vezes ou mais	54	15,7
Não	242	70,3
Pandemia afetou a saúde mental		
Sim, para melhor	6	1,7
Sim, para pior	142	41,3
Não	196	57,0
Tratamento psicológico atual		
Sim	28	8,1
Não	316	91,9
Uso de medicação psicotrópica		
Não	290	84,3
Sim, prescrito pelo médico	45	13,1
Sim, por conta própria	9	2,6
Histórico familiar de alteração psicológico		
Sim	180	52,3
Não	164	47,7
Histórico familiar de doença psiquiátrica		
Sim	160	46,5
Não	184	53,5

Sobre a condição de saúde mental dos policiais penais, foi visto que 103 (29,9%) fizeram algum tipo de acompanhamento psicológico na vida. Entre os policiais entrevistados, 104 (29,7%) responderam que já necessitaram de atendimento médico ou psicológico no trabalho e ainda 28 (8,1%) policiais faziam tratamento psicológico no momento da coleta.

No grupo focal, observou-se que a dinâmica de trabalho no sistema penitenciário não é simples, em um ambiente socialmente depreciado e com tensões oriundas de um trabalho cotidiano com pessoas envolvidas em práticas moralmente reprovadas pelos valores que constituem a sociedade brasileira. Assim, os participantes ressaltaram o caráter estressante e de como cada um precisa estar preparado para lidar com os problemas de uma rotina de trabalho construída no interior de uma unidade carcerária.

Na minha opinião, assim, tive algumas... alguns colegas que se pronunciaram com relação a algumas situações, a nossa profissão é considerada, se eu não me engano, a segunda mais estressante do mundo e tudo... realmente tem o lado estressante, agora eu acho que depende da cabeça que você entra. (Relato do Grupo Focal).

Nas falas dos participantes, as responsabilidades individuais são importantes, mas eles também ressaltam a importância de uma política pública consistente e um maior número de servidores em razão das numerosas tarefas que compõem o dia a dia. Assim, tem-se um horizonte no qual parece necessário equacionar medidas institucionais com garantias de melhoria de trabalho até um cuidado especializado desde a seleção do profissional que, ao longo de sua carreira, precisará de habilidades que precisam ser consideradas e desenvolvidas.

Dos policiais que participaram da pesquisa, 54 (15,7%) fazem uso de alguma medicação psicotrópica e, desses, nove (2,6%) fazem uso sem prescrição médica. No que tange ao histórico familiar de alterações psicológicas e psiquiátricas, a proporção entre os policiais foi de 180 (52,3%) e 160 (52,3%), respectivamente, revelando alta porcentagem dessas disfunções no ambiente familiar.

Sobre o acesso aos serviços de saúde médico e psicológico oferecidos pela SAP, 242 (70,3%) nunca fizeram uso desses serviços. Sobre como a pandemia afetou a saúde dos policiais, 142 (41,3%) relataram que sua saúde mental foi afetada negativamente pela pandemia.

Os principais diagnósticos psiquiátricos dos policiais penais do Ceará foram elencados no Gráfico 8.

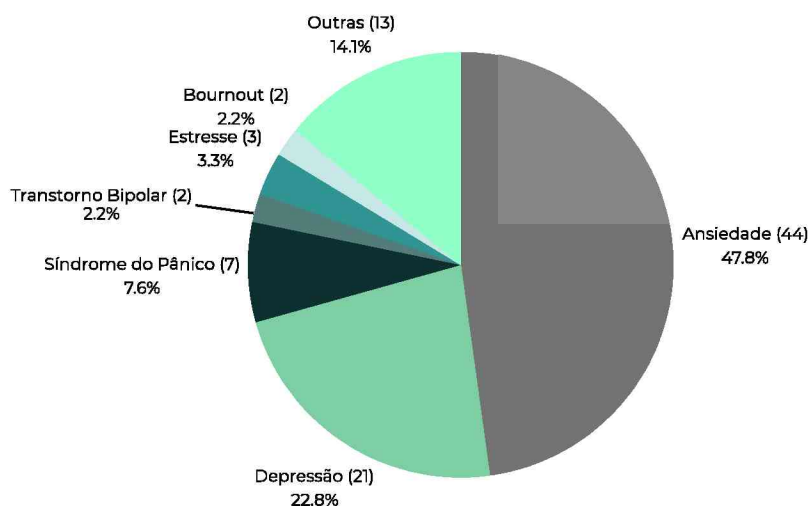


GRÁFICO 8: Principais diagnósticos psiquiátricos (n= 92). Ceará, Jun-Ago, 2022.

Conforme descrito no Gráfico 8, destaca-se a ansiedade como principal diagnóstico psiquiátrico, com 44 (47,8%), seguido de depressão, com 21 (22,8%). Síndrome do pânico, transtorno bipolar, estresse e síndrome de Burnout, dentre outras, também foram citadas, apesar de um quantitativo menor. Ressalta-se que a mediana do tempo de tratamento foi de seis meses, com mínimo de um mês e máximo de 90 meses.

Os Gráficos 9 e 10 descrevem a presença dos sintomas de ansiedade e de depressão entre os policiais penais do Ceará, segundo a escala utilizada na pesquisa.

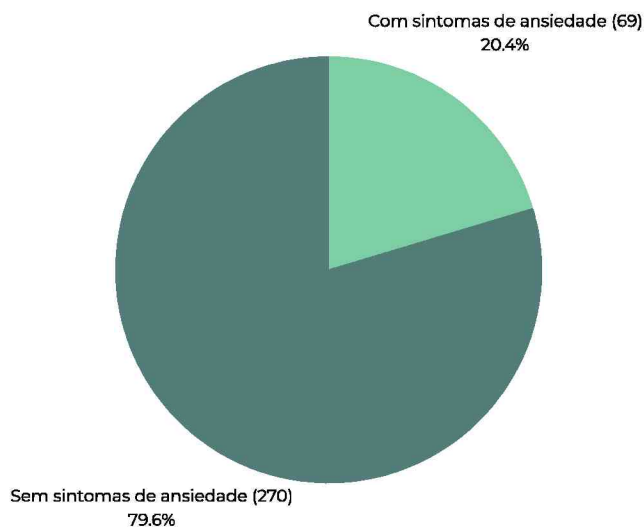


GRÁFICO 9: Distribuição dos sintomas de ansiedade entre os policiais penais do Estado do Ceará. Ceará, Jun-Ago, 2022.

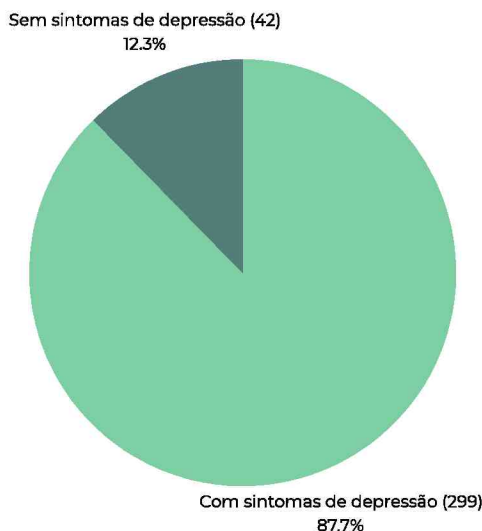


GRÁFICO 10: Distribuição dos sintomas de depressão entre os policiais penais do Estado do Ceará. Ceará, Jun-Ago, 2022.

De acordo com a aplicação da escala que aponta a presença de sintomas de ansiedade e depressão observou-se que 69 (20,4%) policiais são considerados indivíduos ansiosos e 42 (12,3%) apresentam sintomas compatíveis com depressão.

Quando esses resultados foram comparados com os do Gráfico 8, que traz os diagnósticos psiquiátricos citados pelos policiais, observou-se um aumento tanto nos números de ansiedade, de 44 para 69, como também o dobro na presença de sintomas de depressão de 21 para 42. Dessa forma, recomenda-se uma triagem para detecção precoce dos casos de ansiedade e depressão que podem estar subnotificados.

O Gráfico 11 aponta a análise dos domínios de Qualidade de Vida Geral dos policiais penais do Ceará de acordo com a escala Whoqol-Bref.

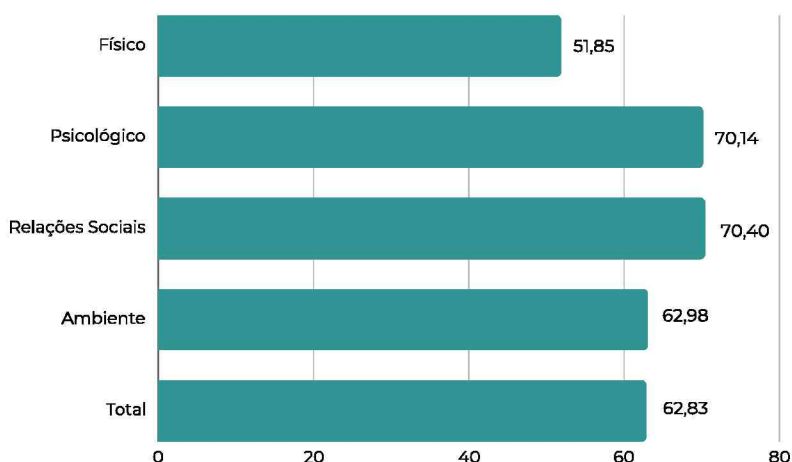


GRÁFICO 11: Análise dos domínios de Qualidade de Vida conforme Whoqol-Bref entre policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Os dados revelaram que o domínio mais afetado da qualidade de vida de policiais foi o domínio físico, pois apresenta menor média. Em seguida, os domínios mais afetados foram o ambiente, o psicológico e o das relações sociais. A escala de Whoqol-brief não assume pontos de corte, mas aponta que quanto mais perto de 100 melhor qualidade de vida. Dessa forma, deve-se investir em estratégias que melhorem a condição de saúde física dos policiais penais.

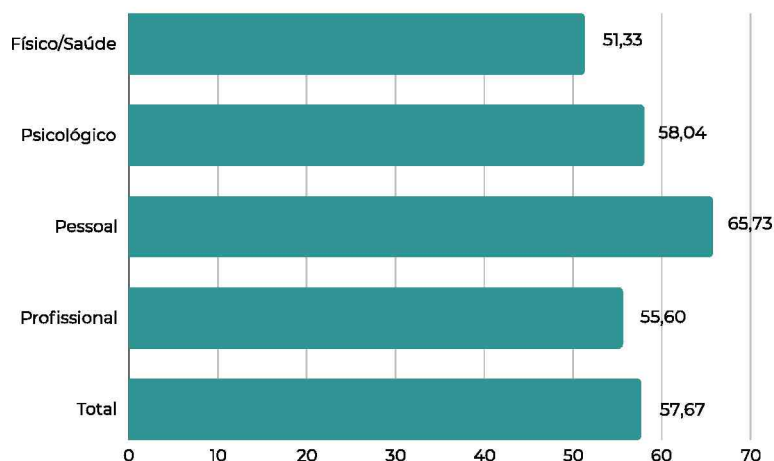


GRÁFICO 12: Análise dos domínios de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) conforme QWLQ-Brief entre policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Já a análise da QVT apresenta índices satisfatórios quando apresenta médias a partir de 55. Desse modo, percebe-se que no domínio Físico/Saúde esse índice não foi atingido, sendo neutro. Os domínios que apresentaram maior satisfação em ordem decrescente foram: Pessoal, Psicológico, QVT Total, Profissional e Físico.

Quando se avalia a qualidade de vida geral e no trabalho, os domínios mais afetados foram o físico, revelando que esse domínio piora a qualidade de vida dessa população. Também se observou menor qualidade de vida no trabalho, quando comparado a qualidade de vida geral e outro domínio que merece destaque é o profissional que avalia as condições de trabalho.

Em relação à escala Escala Multi-Atitudinal de Tendência ao Suicídio – EMTAS, essa organiza-se em quatro fatores: Atração pela vida, Repulsão pela vida, Atração pela morte e Repulsão pela morte. A partir da análise desses quatro fatores, divididos equitativamente, pode-se inferir que, quando a repulsão pela vida é maior que a atração pela vida e quando a repulsão pela morte é menor que a atração pela morte, é indicação de que o sujeito tem algum risco associado ao suicídio. Essa análise associada aos policiais penais do Ceará está descrita no Gráfico 13.

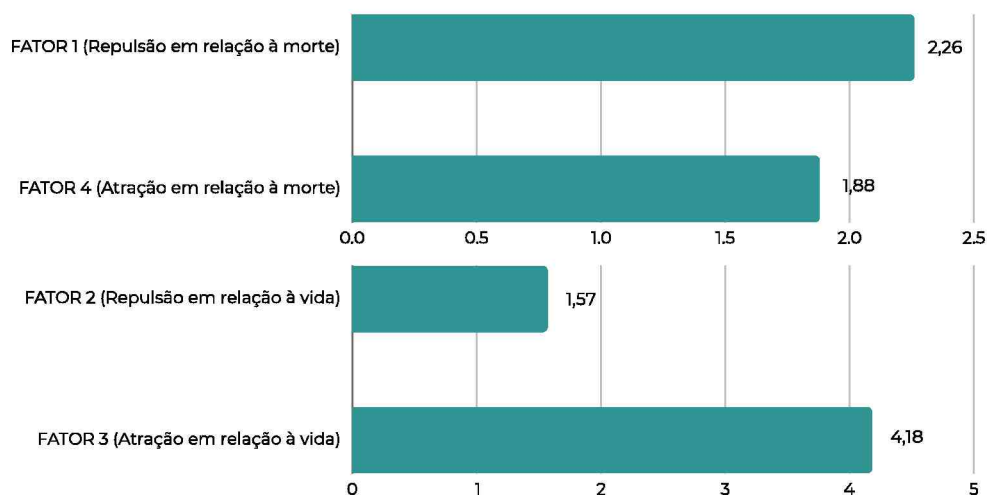


GRÁFICO 13: Análise dos fatores da Escala Multi-Atitudinal de Tendência ao Suicídio – EMTAS entre policiais penais. Ceará, Jun-Ago, 2022.

Os dados revelam que a maioria possui repulsão pela morte e atração em relação à vida, o que configura a pouca tendência ao suicídio dessa população. No entanto, acerca do pensamento em atentar contra a vida, 73 (21,3%) policiais afirmaram já terem tido esse pensamento, e nove (2,6%) deles revelaram realmente já terem atentado contra a própria vida.

Os dados dessa pesquisa são representativos dos policiais penais do Estado do Ceará e devem servir para a formulação ou reformulação de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida dos desses policiais e, conseqüentemente, aumentem a eficácia do serviço ofertado à população.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Com esta pesquisa, conclui-se e recomenda-se:

1. Os policiais penais do estado do Ceará são uma categoria jovem, predominantemente na faixa etária de 30 a 44 anos, parda e do gênero masculino. Quase a totalidade declarou-se heterossexual e a maioria, casada.
2. Dos entrevistados, 56,7% residem em Fortaleza ou região metropolitana, 70,3% moram com duas ou mais pessoas e 66,6% dos entrevistados declararam ter pelo menos um filho.
3. É uma categoria profissional com alto nível educacional, pois 57,6% declararam possuir Ensino Superior Completo e 26,2% tinham pós-graduação.
4. Dos pesquisados, 86,5% afirmaram intenção de estudar, independente do tipo de curso. Recomenda-se que a gestão promova, em parceria com as instituições de ensino, formação continuada dos policiais penais, por meio de cursos de curta duração, mas também de pós-graduação.
5. Sobre a renda, 68,0% dos investigados referiram estar muito satisfeitos ou satisfeitos.
6. Acerca das condições de saúde, 39,5% precisaram tirar licença para tratamento de saúde anteriormente e dentre os principais motivos foram problemas psiquiátricos, com 34,6%, e doenças musculoesqueléticas, com 19,9%. 13,1% referiram diagnóstico de doenças psiquiátricas, 13,1% com hipertensão arterial sistêmica, 7,8% com colesterol elevado, 7,8% com doenças gástricas e 5,5% com diabetes mellitus. Recomenda-se a criação de uma estratégia de garantia das rotinas, com fins de diminuir o efeito negativo das licenças na população de policiais ativa, considerando que ela precisa atender demandas independente das licenças.
7. Quando questionados sobre a prática de exercícios físicos, 21,5% referiram não praticar nenhum dia da semana. Alerta-se que 72,6% estão com índice de massa corporal inadequado, variando de sobrepeso até obesidade grau III. Portanto, recomenda-se que a gestão desenvolva plano de promoção da atividade física no ambiente de trabalho e em dias de folga

como meio de cuidado da saúde e promoção da qualidade de vida. Além disso, a atividade física é um importante meio de prevenção de doenças crônicas e promoção da saúde mental.

- 8.** Dos entrevistados, 98,3% referiram dormir menos de oito horas, com média de seis horas e trinta minutos de sono por noite, sendo o número de horas e a qualidade do sono pior no ambiente de trabalho. Recomenda-se investimento na estrutura de locais de repouso dos policiais para que eles tenham melhor qualidade de sono e reduzam os sinais de cansaço, falta de concentração, irritabilidade e estresse.
- 9.** Acerca do uso de álcool e outras drogas, no momento da coleta, o álcool foi a substância mais utilizada (63,3%), seguido do tabaco (7,5%), e do cigarro eletrônico (1,2%). O uso do álcool foi verificado como um problema na vida dos policiais penais e, portanto, passível de intervenção. Recomenda-se que o núcleo do trabalhador desenvolva ações específicas para sensibilização e prevenção do abuso do álcool, visto que este gera redução da produtividade, interfere no desempenho, na rotatividade funcional, no relacionamento interpessoal e no absenteísmo e pode gerar prejuízos diretos à segurança e à saúde.
- 10.** Acerca do exercício de atividade laboral extra, 54,7% referiram realizá-la na polícia penal e 17,7% referiram fora da polícia. Recomenda-se atenção e controle da carga horária das atividades extras, pois o risco de desenvolvimento de algum transtorno psicológico e/ou psiquiátrico é aumentado devido ao excesso de carga horária, além do rendimento e qualidade da atividade ser reduzida em decorrência da exaustão do trabalhador.
- 11.** Quando questionados acerca do desejo de sair da polícia penal, 50,3% o expressaram. Os principais motivos pelos quais os participantes relataram foram: o não reconhecimento da profissão, seja pela sociedade ou pela gestão; e a falta de identificação com a área policial. Recomenda-se que a gestão aprimore instrumentos de vocação para o trabalho e psicotécnicos nos concursos de novos integrantes da polícia penal.
- 12.** As vivências no ambiente de trabalho apresentaram baixos índices de confronto armado dentro e fora do ambiente prisional, 19,2% e 11,6%, respectivamente.

- 13.** Quanto à satisfação dos policiais penais com o armamento, 87,5% verbalizaram que estavam muito satisfeitos ou satisfeitos.
- 14.** A satisfação com a estrutura física das unidades as quais trabalham foi de 65,2% e em relação ao EPI, 53,1% mostraram satisfação. Para 81,4% dos policiais penais, existiram alterações para melhor da estrutura física das unidades prisionais, 64,0% relataram melhoria das alterações de condutas das gestões das unidades e 66,6% mencionaram alteração para melhor na gestão da SAP.
- 15.** Melhoria dos fluxos e processos de trabalhos nas unidades foram relatados por 62,2 % policiais penais. Verifica-se assim que as mudanças ocorridas na mais recente gestão foram identificadas como benéficas para a maior parte da categoria.
- 16.** Sobre a participação em treinamentos, 85,5% participaram e, deles, 96,9% relataram estarem muito satisfeitos ou satisfeitos com os treinamentos da SAP. Ressalta-se que quase a totalidade dos policiais (96,9%), participou de treinamentos entre os anos de 2019 e 2022. Recomenda-se um olhar especial para treinamentos voltados para capacidades e competências emocionais, com formações específicas para o atendimento humanizado frente as demandas dos policiais em sua relação com uma população vulnerabilizada pela permanência em privação de liberdade.
- 17.** No que diz respeito à escala de trabalho, 61% exerciam a de 24 horas por 72 horas, sendo esta considerada a ideal pela maioria. Quando questionados se sua escala atual de trabalho interferia em sua saúde, 54% responderam que não havia essa interferência.
- 18.** Quando questionados acerca da satisfação com a direção da unidade em que trabalha, 82,0% referiram estar muito satisfeitos ou satisfeitos. Em relação a gestão da SAP, 67,2% referiram satisfação com a gestão vigente.
- 19.** Sobre o acesso aos serviços de saúde oferecidos pela SAP, 70,3% nunca fizeram uso. Dos policiais que participaram da pesquisa, 15,7% referiram fazer uso de alguma medicação psicotrópica e, deles, 2,6% fazem uso sem prescrição médica. A ansiedade foi citada como principal diagnóstico, seguido de depressão.

- 20.** De acordo com a aplicação da escala que aponta a presença de sintomas de ansiedade e depressão, 20,4% dos policiais são considerados indivíduos ansiosos e 12,3% apresentam sintomas depressivos. Recomenda-se uma triagem para detecção precoce dos casos de ansiedade e depressão que podem estar subnotificados, maior abrangência da ação do Núcleo do Trabalhador, com maior número de profissionais como suporte de serviço médico e psicológico aos policiais penais, além do uso de tecnologias de saúde para promoção da saúde mental e seguimento do público.
- 21.** Quanto à avaliação da qualidade de vida, o domínio mais afetado dos policiais foi o domínio físico, com menor média. Dessa forma, recomenda-se investimento em estratégias que melhorem a condição de saúde física dos policiais penais, dado que corrobora com elevado IMC entre os policiais penais.
- 22.** A qualidade de vida no trabalho apresentou índices satisfatórios com médias a partir de 55, entretanto, no domínio Físico/Saúde o referido índice foi neutro.
- 23.** Quando investigados acerca da tendência ao suicídio, verificou-se que a maioria possui repulsão pela morte e atração em relação à vida, não apresentando tendência ao suicídio pela categoria a partir desse instrumento. No entanto, acerca do pensamento em atentar contra vida, 21,3% policiais afirmaram já terem tido esse pensamento, e 2,6% deles revelaram realmente já terem atentado contra a própria vida. Não foi apresentada tendência ao suicídio pelos policiais penais, porém, por se tratar de um fenômeno complexo, multifatorial, com antecedentes que se combinam ao longo do tempo, desde fatores hereditários, condições da primeira infância, transtornos mentais, estresses crônicos e atuais, merece atenção individual e coletiva, com ações que envolvam os fatores pessoais, sociais e estruturais.
- 24.** A pesquisa desenvolvida, como a maioria dos estudos com esta temática, foi transversal, sugerimos investigações longitudinais, focadas na busca de fatores de risco gerais e específicos, bem como fatores protetivos e de desenvolvimento da saúde entre os profissionais desta categoria.

- 25.** Temáticas como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e Síndrome de Burnout não contempladas nesta investigação, também se mostram relevantes para ampliar a percepção do perfil de adoecimento da categoria e os possíveis fatores de risco vinculados à atividade laboral.
- 26.** Destaca-se a necessidade de desenvolvimento de ações de divulgação dos serviços voltados à promoção e prevenção em saúde mental desenvolvidos pela Secretaria de Administração Penitenciária. Sugere-se que seja destacada a garantia de sigilo quando os mesmos forem ofertados por profissionais de saúde vinculados a instituição de trabalho.
- 27.** Por fim, iniciativas que aumentem a resiliência dos policiais, que envolvam recursos para o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas e enfrentamento de crises são essenciais e se mostram eficazes de acordo com pesquisas já desenvolvidas com policiais em outros países.

REFERÊNCIAS

AMARAL, O. L. Transtornos mentais. **Instituto de Estudos e Orientação da Família**. São Paulo: Água Branca, 2011. Retirado de: <http://www.inef.com.br/Transtornos.html>. Data de acesso: 13/03/2022.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

BOTEGA, N. J. et al. Transtornos do humor em enfermaria de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. Rev. Saúde Pública, 1995 29(5), p. 359–363, out. 1995.

CARVALHO, G. S. O. **Características do adoecimento psicoemocional e exposição à violência entre policiais militares da cidade de Fortaleza**, Ceará. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

COLLINS, P. A.; GIBBS, A.C.C. Stress in police officers: a study of the origins, prevalence and severity of stress-related symptoms within a county police force. **Occupational Medicine**, v. 53, n. 4, p. 256–264, 1 jun. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BRASIL). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [S. l.], 13 jun. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Saúde mental dos policiais em pauta**. Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/saude-mental-dos-policiais-em-pauta>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CHEREMETA, M. et al. Construção da versão abreviada do QWLQ-78: um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 3, n. 1, 2011.

CLARK, V.; IVANKOVA, N. How to use mixed methods research?: understanding the basic mixed methods designs. In *Mixed methods research: A guide to the field* (pp. 105-134). **SAGE Publications**, 2016.

DE AQUINO, Thiago Antonio Avellar. **Atitudes e intenções de cometer o suicídio**: Seus correlatos existenciais e normativos. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FLECK, M. P. et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. Rev. Saúde Pública, 2000 34(2), p. 178–183, abr. 2000.

GONÇALVES, S.P.; NEVES, J. Bem-estar subjetivo nos profissionais de polícia e militares: comparação entre grupos profissionais e diferentes Países Europeus. **Revista de Psicologia Militar**, 19(2), p. 119-143, 2010.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 12, p. 149-161, 2002.

HENRIQUE, I. F. S. et al.. Validação da versão brasileira do teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias (ASSIST). **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. Rev. Assoc. Med. Bras., 2004 50(2), p. 199–206, jan. 2004.

LARSEN, M. E. et al. The use of technology in Suicide Prevention. Conference proceedings: Annual International Conference of the IEEE Engineering in Medicine and Biology Society. **IEEE Engineering in Medicine and Biology Society**. Annual Conference, v. 2015, p. 7316–9, 2015.

LIPP, M. E. N. Stress and quality of life of senior Brazilian police officers. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 12, n. 2, p. 100–104, 2016.

MCLEOD, M. N. et al. **Police Interactions and the Mental Health of Black Americans**: a Systematic Review. Journal of Racial and Ethnic Health Disparities, 3 set. 2019.

SOUSA, R. C. DE; BARROSO, S. M.; RIBEIRO, A. C. S. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. Saúde soc., 2022 31(2), p. e201008pt, 2022.

TAVARES, J. P. et al. Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 5, p. 1931–1940, maio 2021.

THE WHOQOL GROUP. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). In: Orley J, Kuyken W editors. Quality of life assessment: international perspectives. Heidelberg: Springer Verlag; 1994. p. 41-60.

GALERIA DE FOTOS

FOTOS AUTORAIS





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
E RESSOCIALIZAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ


FUNCAP